

SUMÁRIO

Nota à 16ª edição, 13

Nota à 15ª edição, 15

Apresentação, 17

Prefácio, 19

Introdução, 21

- 1 CIÊNCIA DO DIREITO, DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO, 23
 - 1.1 Objetivo deste capítulo, 23
 - 1.2 Noções preliminares, 23
 - 1.3 Direito financeiro, 25
 - 1.3.1 Normas constitucionais relativas à atividade financeira do Estado, 26
 - 1.3.2 Repartição das receitas tributárias, 27
 - 1.3.3 Normas gerais sobre finanças públicas, 28
 - 1.3.4 Lei orçamentária e diretrizes do orçamento, 29
 - 1.3.5 Atividade financeira do Estado, 31
 - 1.3.6 Alguns conceitos básicos sobre finanças públicas, 33
 - 1.4 Direito tributário, 34
 - 1.5 Raciocínio jurídico, 35
 - 1.6 Hierarquia das normas, 37
 - 1.7 Estrutura da norma codificada – como consultá-la?, 38
 - 1.8 Conteúdo dos artigos, parágrafos etc., 40
 - 1.9 Algumas considerações sobre interpretação, 42
 - 1.10 Disposições finais e transitórias, 43
 - 1.10.1 Fazenda Pública, 44
 - 1.10.2 Contagem dos prazos da legislação tributária, 44
 - 1.10.3 Assistência técnica a entidades públicas menores, 45
 - 1.10.4 Consolidação anual da legislação, 45
 - 1.10.5 Convênios do ICMS, 46
 - 1.10.6 Ressalva das contribuições parafiscais, 46
- Sugestões para avaliação, 47*



- 2 SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO, 49
 - 2.1 Objetivo deste capítulo, 49
 - 2.2 Noções sobre o sistema, 50
 - 2.3 Normas constitucionais do sistema tributário, 50
 - 2.3.1 Regime jurídico brasileiro, 51
 - 2.3.2 Separação dos Poderes, 52
 - 2.3.3 Competência privativa da União, 52
 - 2.3.4 Competência dos Estados-membros, 53
 - 2.3.5 Competência dos Municípios, 53
 - 2.3.6 Competência cumulativa e comum, 53
 - 2.3.7 Vedações, imunidades tributárias e limitações constitucionais, 54
 - 2.4 Princípios constitucionais que limitam o poder de tributar, 60
 - 2.4.1 Dos direitos e garantias individuais, 60
 - 2.4.2 Princípio da legalidade, 62
 - 2.4.3 Princípio da anterioridade da lei tributária, 63
 - 2.4.4 Princípio da igualdade ou da isonomia, 63
 - 2.4.5 Princípio da irretroatividade da lei, 64
 - 2.4.6 Princípio do direito à proteção jurisdicional, 65
 - 2.4.7 Princípio da uniformidade da tributação, 65
 - 2.4.8 Princípio da capacidade contributiva, 66
 - 2.4.9 Princípio da proibição do confisco, 67
 - 2.4.10 Princípios implícitos, 67
 - 2.4.11 Síntese das imunidades, vedações e limitações constitucionais, 68
 - 2.5 Competência tributária da União, 70
 - 2.6 Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, 71
 - 2.7 Competência tributária dos Municípios, 71
 - 2.8 Observações gerais, 72
 - Sugestões para avaliação, 76*
- 3 TRIBUTOS – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO, 79
 - 3.1 Objetivo deste capítulo, 79
 - 3.2 Noções preliminares, 79
 - 3.3 Tributo – conceito e classificação, 80
 - 3.3.1 Impostos, 83
 - 3.3.2 Taxas, 84
 - 3.3.3 Contribuição de melhoria, 87
 - 3.3.4 Empréstimos compulsórios, 89
 - 3.3.5 Contribuições sociais, 91
 - Sugestões para avaliação, 95*
- 4 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 97
 - 4.1 Objetivo deste capítulo, 97
 - 4.2 Conceito, 97
 - 4.2.1 Fontes principais do direito tributário, 98
 - 4.2.1.1 Normas constitucionais, 99
 - 4.2.1.2 Emendas à Constituição, 99

- 4.2.1.3 Leis complementares, 100
- 4.2.1.4 Tratados e convenções internacionais, 102
- 4.2.1.5 Resoluções do Senado, 103
- 4.2.1.6 Leis ordinárias, 103
- 4.2.1.7 Leis delegadas, 105
- 4.2.1.8 Medidas provisórias, 106
- 4.2.1.9 Decretos legislativos, 109
- 4.2.1.10 Decretos regulamentares, 110
- 4.2.2 Fontes complementares ou secundárias do direito tributário, 110
 - 4.2.2.1 Atos normativos, 111
 - 4.2.2.2 Decisões administrativas, 111
 - 4.2.2.3 Decisões judiciais, 112
 - 4.2.2.4 Práticas reiteradas, 112
 - 4.2.2.5 Convênios, 112
- 4.2.3 Vedação à aplicação de penalidades, 113
- 4.3 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, 113
 - 4.3.1 Vigência da legislação tributária, 113
 - 4.3.2 Vigência no espaço, 114
 - 4.3.3 Vigência no tempo, 114
 - 4.3.4 Término de vigência da lei tributária, 116
 - 4.3.4.1 Aplicação da legislação tributária, 117
 - 4.3.4.2 Retroatividade da lei interpretativa, 119
 - 4.3.4.3 Retroatividade da lei benigna, 119
 - 4.3.5 Interpretação e integração da legislação tributária, 120
 - 4.3.6 Conceitos e princípios gerais de direito privado, 122
 - 4.3.7 Interpretação literal exclusiva, 123
 - 4.3.8 Interpretação benigna ao acusado, 123
- 4.4 Métodos de interpretação, 123
 - 4.4.1 Interpretação literal ou gramatical, 124
 - 4.4.2 Interpretação sistemática, 124
 - 4.4.3 Interpretação autêntica, 125
 - 4.4.4 Interpretação doutrinária, 125
 - 4.4.5 Interpretação jurisprudencial, 125
 - 4.4.6 Interpretação histórica, 126
 - 4.4.7 Interpretação lógica, 126
- 4.5 Considerações finais, 126
 - Sugestões para avaliação*, 126
- 5 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, 129
 - 5.1 Objetivo deste capítulo, 129
 - 5.2 Noções gerais, 129
 - 5.3 Obrigação principal e acessória, 130
 - 5.4 Fato gerador da obrigação tributária, 132
 - 5.4.1 Classificação do fato gerador, 139
 - 5.4.2 Fato gerador presumido, 140
 - 5.5 Sujeito ativo da obrigação tributária, 142

- 5.6 Sujeito passivo da obrigação tributária, 143
- 5.7 Solidariedade, 144
- 5.8 Capacidade tributária, 146
- 5.9 Domicílio tributário, 147
- 5.10 Responsabilidade tributária, 148
 - 5.10.1 Responsabilidade dos sucessores, 149
 - 5.10.2 Responsabilidade de terceiros, 151
 - 5.10.3 Responsabilidade por infrações, 152
- Sugestões para avaliação, 154*
- 6 CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 157
 - 6.1 Objetivo deste capítulo, 157
 - 6.2 Noções preliminares, 157
 - 6.3 Lançamento, 158
 - 6.3.1 Caráter declaratório do lançamento, 160
 - 6.3.2 Alteração ou revisão de lançamento, 162
 - 6.3.3 Modalidades de lançamento, 164
 - 6.4 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, 167
 - 6.4.1 Noções gerais, 167
 - 6.4.2 Suspensão do crédito tributário, 168
 - 6.4.2.1 Moratória e parcelamento, 169
 - 6.4.2.2 Depósito de seu montante integral, 172
 - 6.4.2.3 Reclamações e recursos na instância administrativa, 172
 - 6.4.2.4 Concessão da medida liminar em mandado de segurança, em medidas cautelares e tutela antecipada em qualquer ação, 173
 - 6.4.3 Extinção do crédito tributário, 174
 - 6.4.3.1 Pagamento e dação em pagamento, 175
 - 6.4.3.2 Compensação, 178
 - 6.4.3.3 Transação, 180
 - 6.4.3.4 Remissão, 181
 - 6.4.3.5 Prescrição e decadência, 182
 - 6.4.3.6 Conversão de depósito em renda, 189
 - 6.4.3.7 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1º e 4º, do CTN, 190
 - 6.4.3.8 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º, do art. 164, do CTN, 190
 - 6.4.3.9 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, 190
 - 6.4.3.10 Decisão judicial passada em julgado, 191
 - 6.4.4 Repetição do indébito por pagamento indevido, 191
 - 6.4.5 Exclusão do crédito tributário, 194
 - 6.4.5.1 Isenção, 194
 - 6.4.5.2 Anistia, 197
 - 6.5 Garantias e privilégios do crédito tributário, 199
 - Sugestões para avaliação, 204*

- 7 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 207
 - 7.1 Objetivo deste capítulo, 207
 - 7.2 Noções preliminares, 207
 - 7.3 Fiscalização, 209
 - 7.4 Dívida ativa, 213
 - 7.5 Certidões negativas, 215
 - Sugestões para avaliação, 217*

- 8 INFRAÇÕES E ILÍCITO TRIBUTÁRIO, 219
 - 8.1 Objetivo deste capítulo, 219
 - 8.2 Considerações preliminares, 219
 - 8.3 Infrações e ilícitos de natureza meramente civil, 220
 - 8.4 Infrações e ilícitos de natureza administrativa, 222
 - 8.5 Infrações e ilícitos de natureza penal, 222
 - 8.6 Retenção de tributos e apropriação indébita, 226
 - Sugestões para avaliação, 227*

- 9 IMPOSTOS FEDERAIS, 229
 - 9.1 Objetivo deste capítulo, 229
 - 9.2 Considerações iniciais, 229
 - 9.3 Imposto de importação de produtos estrangeiros, 230
 - 9.4 Imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, 233
 - 9.5 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, 235
 - 9.6 Imposto sobre produtos industrializados, 239
 - 9.7 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, 244
 - 9.8 Imposto sobre propriedade territorial rural, 248
 - 9.9 Imposto sobre grandes fortunas, 250
 - 9.10 Imposto extraordinário de guerra, 252
 - 9.11 Impostos de competência residual, 254
 - Sugestões para avaliação, 255*

- 10 IMPOSTOS ESTADUAIS, 259
 - 10.1 Objetivo deste capítulo, 259
 - 10.2 Considerações iniciais, 259
 - 10.3 Imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de bens e direitos, 260
 - 10.4 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 264
 - 10.5 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, 273
 - Sugestões para avaliação, 275*

- 11 IMPOSTOS MUNICIPAIS, 277
 - 11.1 Objetivo deste capítulo, 277
 - 11.2 Considerações iniciais, 277
 - 11.3 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, 279

- 11.4 Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, 284
- 11.5 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 287
- Sugestões para avaliação*, 290
- 12 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 291
 - 12.1 Objetivo deste capítulo, 291
 - 12.2 Noções preliminares, 291
 - 12.3 Processo administrativo tributário, 293
 - 12.3.1 Federal, 294
 - 12.3.2 Estadual, 295
 - 12.3.3 Municipal, 296
 - 12.3.4 Processo de consulta, 296
 - Sugestões para avaliação*, 299
- 13 PROCESSO JUDICIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, 301
 - 13.1 Objetivo deste capítulo, 301
 - 13.2 Considerações preliminares, 301
 - 13.3 Ações à disposição do fisco e do contribuinte, 302
 - 13.3.1 Noções gerais, 302
 - 13.3.2 Ações constitucionais, 303
 - 13.3.2.1 Noções iniciais, 303
 - 13.3.2.2 Do mandado de segurança, 304
 - 13.3.2.3 Do mandado de segurança coletivo, 306
 - 13.3.2.4 Mandado de injunção, 308
 - 13.3.2.5 *Habeas data*, 309
 - 13.3.2.6 Ação direta de inconstitucionalidade, 310
 - 13.3.2.7 Ação declaratória de constitucionalidade, 311
 - 13.3.2.8 Ação popular constitucional, 312
 - 13.3.3 Ações judiciais previstas no Código de Processo Civil e nas leis especiais, 313
 - 13.3.3.1 Ação de consignação em pagamento, 313
 - 13.3.3.2 Ação de repetição do indébito tributário, 315
 - 13.3.3.3 Medidas cautelares em matéria tributária, 316
 - 13.3.3.4 Medida cautelar fiscal, 317
 - 13.3.3.5 Tutela antecipada, 319
 - 13.3.3.6 Ação declaratória, 320
 - 13.3.3.7 Ação anulatória, 321
 - 13.3.3.8 Execução fiscal, 322
 - 13.3.3.9 Embargos à execução fiscal, 323
 - Sugestões para avaliação*, 324
- Bibliografia*, 327
- Índice remissivo*, 339